

CONTRIBUIÇÕES SIGNIFICATIVAS DA PERSPECTIVA HUMANISTA NO DEBATE AOS DIREITOS HUMANOS, À JUVENTUDE E À SEGURANÇA PÚBLICA

ANDRADE¹, Geovana Bento de; SANTOS¹, Kristhianny Dias dos; PINTO¹, Luciana Bezerra;
RODRIGUES¹, Luana; FARIAS², Maria Lígia Malta

RESUMO

Ao nos depararmos com as extremas violações aos Direitos Humanos, deve-se ter em vista que isso não é novidade da história da humanidade. Detendo-se em nosso país, tivemos momentos históricos que fizeram com que a nação regredisse no que diz respeito à conquista dos direitos de toda pessoa humana. Isso não quer dizer que os Direitos Humanos perderam a força em nosso país. Portanto, o projeto Direitos Humanos, Juventude e Segurança Pública projeto tem como objetivo contribuir com a erradicação da violência que afeta às crianças, adolescentes e jovens marginalizados, promovendo a formação de direitos humanos e o protagonismo social e juvenil. A metodologia utilizada foram capacitações para os extensionistas, a partir de estudos e análises de documentos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude, participação em eventos organizados pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e aplicação de oficinas com as crianças, adolescentes, jovens e educadores. Tendo em vista a continuidade do nosso projeto, os resultados obtidos até então foram que grande parte das crianças, adolescentes e jovens conhecem seus direitos e deveres na sociedade, o que não quer dizer que não temos que reforçá-los. Eles possuem ideias pertinentes, logo, percebemos a importância da participação deles nas decisões referentes às políticas públicas destinadas a eles próprios. Cabe às instituições da sociedade privilegiar o protagonismo juvenil, que tanto contribui para a construção do empoderamento deles.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Empoderamento; Protagonismo

¹ UFPB- Discente bolsista, e-mail: geovanabento_1981@hotmail.com

¹ UFPB-Discente bolsista, e-mail: kris-931@hotmail.com

¹ UFPB- Discente bolsista, e-mail: lucianapintouf@hotmail.com

¹ UFPB- Discente bolsista, e-mail: luhrl@hotmail.com

² UFPB-Coordenadora do projeto e-mail: marialigia.malta@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Vários documentos foram construídos visando a garantia de direitos à pessoa humana, dentre eles a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente criado em 1990. Mas apesar de muitos avanços na formalização de direitos humanos, tem se registrado casos de violação desses direitos no tocante ao direito dos adolescentes e dos jovens no qual se observa cotidianamente a crescente violência e a criminalidade no Brasil. No que se refere a Paraíba, tem-se um avanço significativo da violência e criminalidade envolvendo os adolescentes e os jovens. Tal fato torna preocupante para a sociedade civil e para os poderes públicos. É necessário que os setores responsáveis implementem políticas públicas que atinjam os grupos sociais em maior condição de vulnerabilidade sócio econômica e cultural, pois há um grande distanciamento da sociedade no que se refere a política pública e política de direitos humanos.

Esse projeto está voltado a estudo e debate a favor de construções de ações político-educativa de modo que os agentes sociais tornem partícipes na luta por condições dignas e justas enquanto sujeitos de direitos. Portanto, esse projeto teve como objetivo contribuir com a prevenção da violência social e criminal onde perpassa a adolescência e a juventude, promovendo a formação de direitos humanos e o protagonismo social e juvenil.

DESENVOLVIMENTO

O público alvo do nosso projeto de extensão são crianças, adolescentes, jovens, familiares e educadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos. Atuamos juntamente com a rede de proteção e jovens protagonistas, entre as redes está a Rede Margarida Pró-Criança-REMAR, a fim de ampliar o nosso trabalho que envolve os cinco bairros de João Pessoa, que são esses: Cristo-Rangel, Alto do Mateus, Varadouro, Róger e Mangabeira, e os municípios de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. Diante dessa grande demanda que o nosso projeto tem, buscamos atuar colocando em prática as teorias que adquirimos durante o curso de graduação.

O olhar respeitoso e do outro enquanto sujeito de direitos é imprescindível para a efetivação do nosso projeto, uma vez que, sendo militantes dos Direitos Humanos e oficinas, deveríamos adquirir atitudes que fossem referência para o nosso público alvo.

Através das oficinas realizadas, objetivamos que as crianças, os adolescentes, os jovens e os educadores adquirissem conhecimento dos seus direitos, fossem ouvidos sobre o que pensam e qual seu posicionamento diante das questões debatidas e percebessem que possuem força para lutar pela garantia dos seus direitos, isto é, que possuem “vez e voz” na sociedade que tanto marginaliza e renega os direitos de milhares de pessoas em nosso País.

De acordo com o Programa de Comparação Internacional- PCI, ranking do Banco Mundial e que analisa a economia de 146 países, o Brasil ocupa o 6º lugar na economia mundial, ao lado do Reino Unido, França, Rússia e Itália. A contradição surge quando nos deparamos com os dados de pessoas que vivem à margem da sociedade e sem usufruir dos seus direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e entre outros. Direitos estes que não são privilégios, através dos quais uma minoria que detém o poder e a riqueza em nosso país deseja oferecer ou não, pelo contrário, são direitos conquistados a partir de uma luta política dos sujeitos que se aperceberam de que a sociedade, o poder público e o governo devem garantir com qualidade a efetivação dos direitos de todos, que todos são iguais perante a lei e, por isso, não deve haver uma hierarquização de classes que possam ser considerados detentores de direitos ou não. O Brasil é signatário de diversos instrumentos legais internacionais, além de possuir seus próprios documentos que enfatizam piamente a garantia dos direitos de toda pessoa humana, além da sua própria constituição.

Ao nos depararmos com as extremas violações aos Direitos Humanos, deve-se ter em vista que isso não é novidade da história da humanidade. Desde a promulgação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1946, tivemos várias rupturas na aplicação efetiva desse documento, não apenas no Brasil, mas também em inúmeros outros países. Mas, detendo-se em nosso país, tivemos momentos históricos como a Ditadura Militar, que fez com que a nação regredisse no que diz respeito à conquista dos direitos de toda pessoa humana. Isso não quer dizer que os Direitos Humanos perderam a força em nosso país, pelo contrário, a partir da Constituição de 1988, o Brasil possui um considerável número de autoridades e pessoas da sociedade civil que lutam pela condição digna, justa e igualitária de todos os indivíduos.

Os Direitos Humanos devem perpassar também as instituições de ensino, dentre estes a própria universidade, na qual há a preparação dos futuros profissionais. Daí, a importância de serem incluídos nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão esse aspecto, visando a formação de profissionais cientes do seu papel de sujeito que não deve se subestimar diante das violações, mas sim instrumentalizado em lutar pela garantia da saúde, educação, liberdade, moradia e entre outros direitos que pertencem a toda pessoa humana. Com isso, a partir de nosso projeto contribuimos com a formação em direitos humanos dos alunos (as)

envolvidos (as) na extensão, os quais utilizaram seu conhecimento em ajudar as crianças, os adolescentes, jovens, familiares e educadores, em nossas atividades desenvolvidas, a não serem sujeitos passivos, mas sim sujeitos ativos e que ajudam a construir o país, com uma participação política, social e econômica e de maneira reflexiva e crítica, visando à formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme Paulo Freire afirmou: “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. (FREIRE, 2006) A fim de que todos os indivíduos possam lutar pela efetivação dos seus direitos, é imprescindível que, primeiramente, conheçam sobre a situação que se encontram no contexto em que estão inseridos, uma vez que não obterão condições e meios para transformar a sua realidade sociopolítica se não se derem conta dos fatores que influenciam o contexto em que estão inseridos. A partir do conhecimento, criarão maneiras de analisarem criticamente a realidade além do que aparenta, observando os aspectos políticos, econômicos e sociais que influenciam o meio em que estamos inseridos. É isso que é pensar a realidade na qual pertence, visando a mudança significativa da sociedade. Para que todos aprendam a analisar criticamente a realidade, a escola é uma instituição que deve proporcionar a conscientização dos indivíduos, formando indivíduos autônomos e que toma decisões por si próprios, sem serem influenciados pelas classes dominantes, mas que estão dispostos a ir em busca dos seus próprios interesses.

Diante disso, o projeto Direitos Humanos, Juventude e Segurança Pública elaborou oficinas, seminário e participou de atividades da rede de proteção do município de João Pessoa, tendo como objetivo contribuir para que as crianças, adolescentes e jovens marginalizados tenham um sentimento de empoderamento diante das decisões pertinentes ao seu interesse.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no projeto possui uma base de análise qualitativa em que nos detemos a primeiro momento através da pesquisa bibliográfica envolvendo a temática de direitos humanos e o protagonismo juvenil no qual proporcionou aos alunos extensionistas o suporte teórico para a compreensão da realidade. Além disso, houve reuniões semanais e também organização e a participação de eventos que envolvesse a temática. Foram realizadas também oficinas pedagógicas com jovens e professores da rede municipal de ensino que

envolve a sociedade da grande João Pessoa com o intuito de reconhecer a realidade social no qual os indivíduos estão inseridos.

RESULTADOS

Através desse projeto, com estudo e observações feitas, em especial as atividades desenvolvidas nas oficinas como extensionistas de Pedagogia, percebemos as necessidades e interesses próprios de cada participante como também suas expectativas em relação aos problemas e as garantias de direitos que os adolescentes e jovens enfrentam na sociedade. Desse modo, nos proporcionou promover atividades que despertasse diferentes estímulos e significados provocando o desenvolvimento de novos conceitos que darão base na construção de aprendizagens futuras.

CONCLUSÃO

Os problemas sociais são desafios que precisam ser enfrentados pela sociedade em geral. Faz-se necessário o envolvimento da universidade pública, a sociedade civil, os órgãos de proteção social com intuito de assegurar os direitos humanos e consequentemente reduzir a violência e criminalização com a juventude.

Nesse sentido, destacamos a importância da sociedade civil exigir dos setores públicos a implementação de uma nova política de segurança pública e humana, considerando a proteção prioritária da infância/adolescência e daquelas pessoas que estão nos grupos sociais da marginalização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Lei 8.069/9, de 13 de julho de 1990.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Legislação Internacional adotada e proclamada pela Resolução n.º 217 A da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 17/10/2013.*

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.